



OS (RE)POSICIONAMENTOS IDENTITÁRIOS E O JOGO ÉTICO-POLÍTICO NOS QUADRINHOS PASQUINIANOS

Maria Isabel Borges

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC*

belborges1@hotmail.com

RESUMO: Neste artigo, o objetivo é analisar o jogo ético-político nos quadrinhos do jornal **O Pasquim**, com vistas a reivindicar identidades dos sujeitos atuantes e a constituir uma política de nomeação, resultando na emissão de julgamentos de valor contra o sistema militar.

PALAVRAS-CHAVE: O Pasquim – Cartuns – Política de nomeação – Identidades – Jogo ético-político.

ABSTRACT: In this article, it is objective to analyzing the ethical-political game in the cartoons of the newspaper **O Pasquim**, with the purpose of demanding the identities of the active subjects and of constituting an politic of nomination, resulting in the emission of judgements of value against the military system.

KEYWORDS: O Pasquim – Cartoons – Politic of nomination – Identities – The ethical-political game.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As práticas discursivas antiditatoriais das décadas de 70 e 80, tais como o jornal **O Pasquim**, tiveram que driblar a censura e a repressão, para conseguir manifestar — ainda que implicitamente — suas oposições ao cenário sócio-político militar da época. Por meio de escolhas lingüísticas veladas, foi possível interpelar identidades antiditatoriais no bojo de uma política de representação. Assim, o jogo ético-político em **O Pasquim** possibilitou a emissão de julgamentos de valor contra o regime militar, por intermédio de nomeações; impulsionou práticas políticas em que sujeitos atuantes puderam se posicionar, circunscrevendo-se em uma determinada política de representação. Entre os anos de 1969 e 1985, o Brasil viveu um regime político-econômico opressor, a ditadura militar. Vamos nos ocupar, neste trabalho, em

* Doutoranda em lingüística pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e bolsista do CNPq.

esboçar uma análise do jogo ético-político em os quadrinhos (uma tira e duas charges) de **O Pasquim**, publicados durante o auge da ditadura: 1969-1974. Para elucidar as articulações entre os (re)posicionamentos identitários a partir de um jogo ético-político, vamos analisar uma tira e duas charges.

POLÍTICA(S) DE IDENTIDADES

Não há uma essência estabilizadora no e sobre o sujeito, mas há identidades que emergem e imergem constantemente, conforme as variadas situações deparadas, negando sempre o enrijecimento da mesmidade. Por isso, Hall¹, Rajagopalan² e Woodward³ apontam a existência de uma crise de identidade, a qual torna importante problematizar o conceito de identidade sob a perspectiva pós-estruturalista, uma vez que:

... a identidade importa porque existe uma crise de identidade, globalmente, localmente, pessoalmente e politicamente. Os processos históricos que, aparentemente, sustentavam a fixação de certas identidades estão entrando em colapso e novas identidades estão sendo forjadas, muitas vezes por meio da luta e da contestação política. As dimensões políticas da identidade tais como se expressam, por exemplo, nos conflitos nacionais e étnicos e no crescimento dos “novos movimentos sociais”, estão fortemente baseadas na construção da diferença.⁴

O abalo das ilusórias bases das identidades alastrou-se por todos os níveis: político, ético, ideológico, social, histórico, cultural e econômico. A aparente solidez das identidades garantia uma forma definida, a qual sofreu deslocamentos, transformando-se em identidades liquefeitas. Em outras palavras, com a crise da identidade⁵ as identidades solidificadas tornaram-se líquidas, sendo formadas no amparo

¹ HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da Silva; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Orgs.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

² RAJAGOPALAN, Kanavillil. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Orgs.). **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 77-87.

³ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA; HALL; WOODWARD, 2000, op. cit.; p. 7-72.

⁴ Ibid., p. 39.

⁵ HALL, 2000, op. cit., p. 103-133.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes da Silva. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 102 p.

de um processo móvel e fluido de (re)configuração identitária. Em conformidade com os sistemas de significação e de representação⁶ ou em conformidade com uma política de representação⁷, as identidades adquirem formatos temporários. A temporariedade é mantida pelo fluxo constituinte do processo de (re)configuração das identidades. Esse processo, o qual está em constante movimentação, é constituído por vários impulsores de deslocamentos. Os mecanismos os quais impulsionam o processo de (re)configuração das identidades atravessam a linguagem, ao mesmo tempo em que as identidades são (re)construídas em seu interior e simultaneamente por meio dela. A linguagem consiste em um veículo, em uma mediação, em um instrumento e em um palco de (re)construções identitárias. Essas funções que a linguagem desempenha no processo de (re)configuração das identidades ocasionam indagações, impulsionando vários estudos lingüísticos⁸ e não-lingüísticos.⁹

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Orgs.) **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 77-87.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Orgs.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

⁶ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes da Silva. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 102 p.

⁷ RAJAGOPALAN, 2002, op. cit., p. 77-87.

_____. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003. 143 p.

⁸ Id. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Orgs.). **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 77-87.

_____. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003. 143 p.

⁹ HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA; HALL; WOODWARD, 2000, op. cit., p. 103-133.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes da Silva, 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 102 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Ibid.*, p. 7-72.

No dizer de Silva,¹⁰ há uma interdependência entre a identidade e a diferença: “... a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis. [...]... identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas”, o qual se nega um ponto de referência sustentador. Não se trata de um produto, mas que a diferença constitui o processo de uma produção social. A linguagem possibilita a (re)configuração das identidades e também das diferenças, de forma simultânea e mutuamente dependentes. As identidades e as diferenças são (re)produzidas desde um lugar na linguagem, mas também por meio dela.¹¹ O processo de (re)configuração opera sob o amparo lingüístico, assumindo um caráter performativo, como apontou Rajagopalan e Silva.¹² Ainda segundo Silva, a identidade e a diferença são criações da linguagem, porque “é apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais”. Os atos de fala permitem a atuação da identidade, por meio de um processo em constante fluxo, cuja marca é deixada pela diferença. A instituição da identidade e da diferença, por meio de “atos de fala”, constitui-se no âmbito dos sistemas de significação.¹³



Não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem. [...] Ocorre que a linguagem entendida aqui de forma mais geral como sistema de significação, é, ela própria, uma estrutura instável. É precisamente isso que teóricos pós-estruturalistas como Jacques Derrida vêm tentando dizer nos últimos anos. A linguagem

¹⁰ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-76.

¹¹ HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 68-75, 1996.

SIGNORINI, Inês. Figuras e modelos contemporâneos da subjetividade. In: _____. (Org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras: São Paulo: Fapesp, 1998, p. 333-380.

¹² RAJAGOPALAN, Kanavillil. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Orgs.) **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 77-87.

SILVA, 2000, op. cit., p. 75-76.

¹³ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Orgs.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 77.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Ibid.*, p. 7-72.

vacila. Ou, nas palavras do lingüista Edward Sapir (1921), “todas as gramáticas vazam”.¹⁴

Esse vacilo lingüístico ocorre porque os elementos constituintes da linguagem — os signos lingüísticos — não constituem coincidências entre o objeto e a idéia. Nas palavras de Silva, recorrendo às idéias derridianas: “O signo é um sinal, uma marca, um traço que está no lugar de outra coisa”. Em torno disso, a linguagem adquire um caráter ilusório que nos faz “... ver o signo como uma presença, isto é, de ver no signo a presença do referente (a ‘coisa’) ou do conceito”.¹⁵ Apesar de o processo de produção da identidade e da diferença ocorrer assimetricamente, esse processo em questão está vinculado às “hierarquias” e às “relações de poder”, porque “podemos dizer que onde existe a diferenciação — ou seja, identidade e diferença — aí está presente o poder. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas”.¹⁶ O processo de (re)configuração das identidades mantém, de forma imbricada, marcas da diferença e marcas simbólicas. Um objeto constitui, simbolicamente, a identidade de um sujeito. O fator social também atua, de maneira imbricada, no processo de (re)configuração das identidades.

As marcações simbólicas, sociais, sobretudo, as marcações pela diferença pressupõem uma classificação, mediada pelas relações de poder, que opõem minimamente entre “nós” e “eles”. Por trás dos processos de classificação, estão as questões ético-políticas, uma vez que “... deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados”.¹⁷ À medida que se disponibilizam opções de escolhas, “... os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados”.¹⁸ Os processos de classificação e as construções simbólicas interferem no processo de (re)configuração das identidades por meio do caráter performativo da linguagem.

¹⁴ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 78.

¹⁵ Ibid, p. 58.

¹⁶ Ibid., p. 81.

¹⁷ Ibid., p. 82.

¹⁸ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Ibid., p. 19.

Desse modo, tanto a identidade quanto a diferença são “o resultado de atos de criação lingüística”¹⁹ — impossibilitando a negação do “caráter performativo da constituição de identidades”²⁰ —, porque o processo de (re)configuração das identidades mantém-se em fluxo permanentemente. “O conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é [...] para a idéia de ‘tornar-se’, para uma concepção da identidade como movimento e transformação”.²¹ A interdependência entre identidade e diferença constitui um fato já pressuposto pela perspectiva pós-estruturalista, assim como o caráter performativo que permeia essa relação mutuamente dependente. O sujeito é constituído por múltiplas identidades. Por um lado, elas são partilhadas, conforme as situações deparadas; e, por outro, estão de acordo com o local discursivo, no qual o sujeito se encontra, pronuncia-se e atua.²²

A POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO

Rajagopalan considera a identidade do sujeito pós-moderno como “um construto [...] como algo em constante processo de (re)construção”. Não há, portanto, um processo de identificação baseado no desenvolvimento teleológico, em vez disso, há uma mobilidade em constante (re)configuração. Rajagopalan acrescenta que “os estudos culturais e pós-coloniais, notadamente nas mãos de estudiosos como Bhabha têm enfatizado é que o caráter performativo da constituição de identidades é algo inegável, sobretudo a partir do fim da Segunda Grande Guerra”.²³

A noção de política de representação é uma das implicações emergidas da idéia de que “a questão lingüística e a questão política seriam uma só”. E mais: “ao falar uma língua, ao nos engajarmos na atividade lingüística, estaríamos, todos nós, nos comprometendo politicamente e participando de uma atividade eminentemente política”, implicando o questionamento das idéias de homogeneidade, de pureza e

¹⁹ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 76.

²⁰ RAJAGOPALAN, Kanavillil. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Orgs.) **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 83.

²¹ SILVA, 2000, op. cit., p. 92.

²² HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, p. 68-75, nº. 24, 1996.

²³ RAJAGOPALAN, 2002, op. cit., p.77-83.

rompendo com a concepção de identidade inviolável e imutável. As escolhas são feitas, porque se classifica, por meio da linguagem, a realidade, a fim de posicionar-se em função de uma política que represente interesses, conveniências, relações de poder e de dominação. “A questão da escolha é geralmente reconhecida como questão-chave quando se discute política”.²⁴ Isso mantém, em imanência:

[...] a ética; e portanto toda atividade que envolve a política, envolve escolha. E a escolha pressupõe a existência de uma escala de valores, uma hierarquia. A questão da representação é uma questão política precisamente por envolver escolha. O difícil no caso é enxergar a presença da escolha quando o assunto é a representação lingüística²⁵.

Se há dificuldades em não considerar a escolha, quando se discute a representatividade da linguagem, dessa forma, não podemos esboçar uma análise do jogo ético-político sem discutir as escolhas lingüísticas feitas em função de uma política de representação. A imbricação que há entre a ética e a política não permite um estudo sem o envolvimento da escolha. Assim, a assunção de escolhas, neste trabalho, possibilita o desvelamento do jogo ético-político por meio de uma problematização das práticas discursivas humorísticas escolhidas como objeto de análise.

O JOGO ÉTICO-POLÍTICO: UM PROCESSO EM (RE)CONFIGURAÇÃO

No interior de uma política de representação, articulam-se as questões éticas e as questões políticas, tendo em vista o abalo e a fragmentação dos centros fixos, delimitados, imutáveis e não-intercambiáveis, os quais mantêm relações entre si, a não ser, pela oposição, cujo objetivo é a disputa de poder. Esses centros organizam-se em binarismos negadores do caráter de jogo, em função da afirmação de uma essência fixa. A partir disso, Derrida problematiza essa concepção de essência fixa, a fim de demonstrar a constituição da noção de jogo. Para ele,

... o centro encerra... o jogo que abre e torna possível. Enquanto centro, é o ponto em que a substituição dos conteúdos, dos elementos, dos termos, já não é possível. No centro, é proibida a permuta ou a transformação dos elementos (que podem aliás ser estruturas compreendidas numa estrutura). Pelo menos sempre permaneceu interdita... Sempre se pensou que o centro, por definição único,

²⁴ RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003, p. 32-33.

²⁵ Ibid., p. 33.

constituía, numa estrutura, exatamente aquilo que, comandando a estrutura, escapa à estruturalidade.²⁶

Na verdade, segundo Derrida, essa idéia de “estruturalidade” consiste na própria noção de jogo. Porém, o “pensamento clássico” reduziu tal idéia a uma imobilidade, a uma fixidez, a uma não-mutabilidade e a um não-intercâmbio. Por trás do jogo, mantêm-se entremeadas uma astúcia e uma perspicácia. A astúcia possibilita ao jogo uma capacidade simuladora e uma maleabilidade, fugindo sempre da redução de centralidade e de mesmidade. Ao lado da astúcia, a perspicácia remeter-se à capacidade estrategista que desencadeia um sujeito-jogador, ao mesmo tempo um estrategista. Não se trata somente de um sujeito subordinado às normas e às ordens sociais; trata-se de um sujeito que escapa desse controle, a partir de suas manobras, de suas estratégias de jogo.

Em relação à análise do *corpus*, podemos adiantar como a astúcia e a perspicácia do jogo ético-político manifestam-se através, na e pela linguagem. Nos cartuns pasquinianos, a astúcia atravessa os posicionamentos aparentemente a favor do governo militar. No entanto, por trás das máscaras lingüísticas ilusória e identitariamente ditatoriais, estão implícitas as posições ético-políticas antiditatoriais, de maneira a criticar a postura repressora e antidemocrática do governo militar. É claro que a censura, imposta pelo militarismo, constituía uma barreira contra a liberdade de expressão e pensamento; mas, graças à astúcia, à capacidade simuladora do jornal alternativo **O Pasquim**, foi possível fazer tanto descrições de fatos, aparentemente desvinculadas de valores ético-políticos, quanto nomeações/predicações que, à primeira vista, desencadeavam interpretações em concordância com o regime militar. Sendo assim, os censores acreditavam nas interpretações superficiais, já que se pautavam naqueles sentidos construídos, a partir de máscaras lingüísticas. Estas, por sua vez, camuflavam os “inocentes” fatos prosaicos, retratados nos cartuns pasquinianos, de valores ético-políticos.

Em função dessa ilusão interpretativa (re)construída, na visão dos censores, os perspicazes cartunistas faziam criações humorísticas no interior do que era permitido pelas normas e ordens sociais militares e do que era possível no bojo da linguagem, estando de acordo com o posicionamento militante do tablóide. Nesse interior, além dos cartunistas atuarem como jogadores, porque negociavam os sentidos conforme o que

²⁶ DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: _____. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 230.

estava em jogo no momento; eles também se posicionavam como estrategistas, uma vez que nem tudo podia ser dito, a não ser, de uma forma velada. Para que isso fosse possível, era necessário encontrar maneiras lingüísticas de articular aquilo que podia ser dito e aquilo que se queria dizer.

Dessa maneira, o jogo ético-político implica manter mutuamente dependentes dois atos: o ato de escolha (portanto, uma atitude ética) e o ato de intervenção (logo, uma atitude política). Ao lado disso, há as possibilidades de representação, quando se envolve a idéia de “apresentação” (“em nome de quem”).²⁷ Essas possibilidades de representação referem-se aos múltiplos (re)posicionamentos identitários e às múltiplas presentificações de outros ausentes, com base na noção derridiana de “metafísica da presença”. Tudo isso configura-se no âmbito de uma política de representação, pressupondo a interconexão entre questões políticas e questões lingüísticas, porque o que está em jogo são as questões ético-políticas e os (re)posicionamentos identitários e as múltiplas possibilidades de alguém estar no lugar do outro, registrando uma presença ausente.

ESBOÇO DE ANÁLISE DOS QUADRINHOS PASQUINIANOS

Em **O Pasquim**, há uma seção regular intitulada “Os dois Fradinhos”,²⁸ escrita e desenhada por Henfil. Trata-se de tiras, cartuns (desenhos humorísticos) compostos por dois ou mais quadrinhos, com o propósito, na maioria das vezes, de desencadear uma seqüência narrativa. Os protagonistas dessas tiras são Fradim Baixim e Fradim Cumprido. O primeiro é baixo e gordo, enquanto o segundo é alto e magro. Para Braga,²⁹ tanto o Fradim Baixim, quanto o Fradim Cumprido, “... em momentos diversos do jornal, assinalam uma perspectiva sobre a realidade social e política. Fradim representa a sátira das posições moralizadoras de classe média”. Dessa forma, a problematização das posições falsamente moralistas da classe média são demonstradas e criticadas nas tiras de Henfil.

²⁷ RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003, p. 33-34.

²⁸ Seção regular em que eram publicadas as tiras produzidas por Henfil, nos primeiros anos de existência do semanário **O Pasquim**; possuía uma variação de nome do título: **Os dois Fradinhos**, **Os Fradinhos** ou **Fradins**. Posteriormente, Henfil lançou, em 1970, uma revista em quadrinhos intitulada **Fradim**.

²⁹ BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70**. Brasília: Ed. Unb, 1991, p. 164.

Os pares de oposição alto/baixo e magro/gordo constituem características constantes das personagens, mas isso não quer dizer que as constituições identitárias desses sujeitos sejam estáveis, contínuas e fechadas. Para cada seqüência narrativa, demonstrada nas tiras, há uma política de identidades e um jogo ético-político constituído pela política de nomeação/predicação, no bojo de uma política de representação. Vejamos o seguinte diálogo na tira seguinte (figura 1):



Figura 1³⁰

³⁰ HENFIL. Os dois Fradinhos. **O Pasquim**. Rio de Janeiro, p. 14, nº. 3, jul. 1969.

Por trás das três indagações — “Quem é você? O que quer? A que veio?” —, podemos discutir o que estava implícito no contexto de produção desta tira (figura 1). No momento em que ela foi publicada, o jornal **O Pasquim** completava um mês de publicação, já que ele foi criado em junho de 1969, seis meses após a implantação do Ato Institucional número 5, o AI-5. Retomando as características físicas dos dois personagens: Fradim Baixim apresenta-se como baixo e gordo, enquanto Fradim Cumprido, como alto e magro. Esses dois pares de características — que mantêm uma oposição entre si — descrevem a disparidade estabelecida entre a classe alta e a classe popular, ou simplesmente massa popular. Tomando como base os estudos em torno do processo de (re)configuração das identidades, as oposições alto/baixo e gordo/magro podem constituir marcações simbólicas que diferenciam duas classes sociais brasileiras, a classe alta e a classe popular, por causa das relações de poder existentes entre elas; mantém-se a massa popular subordinada às classes superiores (tanto a classe média, quanto a alta) e ao governo militar.

De acordo com Braga,³¹ podemos dizer que as oposições físicas dos sujeitos atuantes da tira em questão (figura 1) permitem-nos demonstrar como era constituída identitariamente as classes sociais em conflito, durante o auge da ditadura militar. Fradim Cumprido, por ser alto e magro, representava as classes mais altas, incluindo o governo militar, porque se tratava de uma pequena parcela da população brasileira em posse da maior parte da riqueza do Brasil. Enquanto Fradim Baixim, por ser baixo e gordo, representava a massa popular, a grande maioria da população brasileira e a de menor poder aquisitivo. A classe média constituía uma parte intermediária da população brasileira, estando posicionada no interior dos conflitos sócio-políticos, surgidos durante o regime militar. Essa classe não estava preocupada com os problemas sociais brasileiros e também não se incomodava com a política repressora imposta pelo governo militar, apoiado pela classe alta, sobre o país. Era de interesse da classe média manter seu razoável poder aquisitivo, para manter seu desenfreado consumismo. De um modo geral, se nenhuma das classes sociais em conflito, a alta ou a popular, atinge esse consumismo desenfreado, esta, por sua vez, mantinha-se alheia aos acontecimentos sócio-políticos emergentes durante a ditadura militar.³²

³¹ BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70**. Brasília: Ed. Unb, 1991. 255 p.

³² HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 95 p.

Fradim Baixim e Fradim Cumprido encontram-se, nessa tira (figura 1), em um momento de tensão, pois o segundo está indagando o primeiro, de forma repressiva, enquanto aquele está assustado e mantém-se recuado, já que está sendo questionado. Essa situação tensa, em que um sujeito se posiciona como repressor e em que o outro é reprimido, descreve as inúmeras abordagens feitas pelos militares sobre a população brasileira, durante o regime militar, tanto sob o ponto de vista físico, como sob o ponto de vista ideológico. O AI-5, implantado em 18 de dezembro de 1968, sob o governo do general Costa e Silva, não foi obedecido pacificamente por uma parte da população brasileira — em especial, pelos intelectuais,³³ na maioria das vezes, da classe média, inseridos em veículos de comunicação, sobretudo imprensa —, enquanto a outra parte foi conivente com tal implantação.

A censura instituída por esse ato era exercida pelos militares, construindo inúmeros momentos de tensão entre os meios de comunicação — especialmente a imprensa — e os censores, os representantes do regime repressor. Porém, parte desses meios era conivente com a postura repressora do governo militar. Portanto, nem todos os intelectuais da classe média e nem toda a população brasileira posicionava-se contra o regime militar, porque, a partir de um jogo de poder exercido, marcadamente pelo governo militar, a afirmação de uma identidade conivente a isso garantia ao sujeito não ser nomeado (qualificado) como o inimigo, aquele que ameaça a Ordem e a Segurança Nacional.

O governo militar controlava todas as ações políticas no Brasil, tanto aquelas que afetavam a formação da opinião pública, de modo a torná-la conformista e anti-militante, quanto aquelas que afetavam a economia brasileira. Agia a seu bel-prazer, abusando do poder político que mantinha e negando os direitos civis e políticos, os quais toda a população possuía. Essa atitude do governo militar foi demonstrada por Henfil, no final da primeira tira (figura 1). Fradim Cumprido manifesta-se irritado e diz: “A falta de seriedade ainda irá destruir este século...” As reticências, que encerram a tira (figura 1), podem referir-se à falta de seriedade do governo militar em resolver os problemas sociais brasileiros, em especial, os da classe operária. Também pode referir-se à futilidade consumista da classe média, negligenciando a situação social problemática do Brasil, sob o regime militar.

³³ Eram considerados intelectuais da classe média: os jornalistas, os escritores, os músicos, os produtores de teatro e de cinema, dentre outros.

A escolha lingüística “falta de seriedade” pode se referir à ausência de compromisso por parte da massa popular em cumprir as medidas, impostas pelo plano econômico militar. Se considerarmos isso, pode-se dizer que a nomeação “século” está diretamente ligada ao regime militar, sendo esta reforçada pelo pronome demonstrativo “este”. Assim, a designação “este século” não só nomeia o período em que está circunscrita a tira, como também predica tal período em questão. Isto quer dizer que, por trás das escolhas lingüísticas “falta de seriedade”, foi efetuado um ato de nomeação imbricado a um ato de predicação, já que está prognosticando um fim (expresso pela locução verbal “vai destruir”) de uma fase, no caso, um período repressor, a ditadura militar.

Para a censura, o enunciado que encerra a tira de Henfil, não parecia possuir implicações ético-políticas explicitamente prejudiciais ao regime militar, porque, nesse contexto humorístico, a designação “falta de seriedade” estava associada à atitude anterior de Fradim Baixim, um simples fato descrito. Portanto, o desabafo de Fradim Cumprido (aparentemente, a descrição de um prosaico fato) descreve o que ele pensa sobre essa atitude não-séria, que também deve ter sido interpretada pelos censores do governo como uma simples atitude “boba” de Fradim Baixim. Se a designação em questão pode denotar, pelo menos, duas interpretações — a mera descrição de um fato, de um lado, e, a atribuição de valores imbricados ao mesmo, de outro —, pode-se dizer que a política de nomeação/predicação, utilizada por Henfil, estava preocupada em configurar uma máscara lingüística, pautada na ambivalência de sentidos. A máscara lingüística que envolve a designação “falta de seriedade” pode significar, no olhar dos censores, um comportamento ideologicamente inocente (a descrição de um fato). Enquanto, na visão dos cartunistas pasquinianos e no âmbito das possibilidades de interpretação, as quais, por sua vez, vão se entrecruzar no leitor — o agenciador de subjetividades e sentidos —, a máscara lingüística em questão pode significar uma posição político-ideológica relacionada ao regime militar, como demonstrado anteriormente. Portanto, trata-se de um fato atravessado por valores político-ideológicos.

As freqüentes manifestações populares, em outubro de 1968,³⁴ demonstravam um ambiente desfavorável aos investimentos nacionais e estrangeiros, nos setores da

³⁴ O Movimento Estudantil francês, ocorrido em maio de 1968, foi apontado como um dos motivadores das manifestações populares de outubro de 1968, no Brasil, pela mídia. Mas se pode dizer que ao

indústria. Somente um impulso no setor industrial retomaria a economia brasileira, a fim de alcançar o tão desejado “milagre econômico”. Não bastava para o país estar ao lado da economia capitalista norte-americana, era preciso — além de assumir uma identidade capitalista, negando a comunista — demonstrar um ambiente de tranqüilidade e de paz social, liquidando as manifestações sociais, e afirmar uma posição de compromisso em relação ao desenvolvimento industrial, com base nos investimentos nacionais e estrangeiros. Era necessário fazer marcações simbólicas e fronteiriças, por meio de um discurso político-ideológico impositor, que desencadeasse atos performativos, com o propósito de garantir as pretensões político-econômicas norte-americanas, por exemplo, a nomeação/predicação “milagre econômico”, propalada pela mídia, em nome da política econômica militar em jogo naquele momento.

Em favor do impulsionamento econômico brasileiro, o regime militar assumia uma identidade defensora da economia progressista e capitalista, ao mesmo tempo interpelava uma identidade repressora³⁵ junto à população e aos meios de comunicação, negando os problemas sociais emergentes desde o regime populista das décadas de 50 e de 60, como “o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial, às mais duras condições de trabalho e à repressão política”.³⁶ Além disso, os moldes capitalistas exigiam uma rápida e fácil obtenção de lucros a partir de um processo de produção barata (mão-de-obra e matérias-primas a baixos custos), estimulando a defasagem salarial em relação aos lucros e aos índices de inflação. O governo militar negava as circunstâncias sociais brasileiras e privilegiava “a entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e de empréstimos”,³⁷ acarretando um brusco aumento da dívida externa. Todos esses problemas sociais eram negados e silenciados, tanto para a população brasileira, quanto para o exterior. Interessava para o governo militar calar as vozes reivindicatórias populares, manter a classe média estável economicamente, alheia aos problemas sociais brasileiros e, acima de tudo, mantê-la consumista e a favor do regime.

apontar o movimento francês como um dos motivadores das manifestações populares, no Brasil, a mídia, especialmente a conivente com o governo militar, pretendia desqualificar político e ideologicamente as mesmas.

³⁵ Paradoxalmente, o regime militar reivindicava, por meio da figura do general Médici, uma figura de “vovô bonzinho”.

³⁶ HABERT, Nadine. **A década de 70**. Apogeu e crise da ditadura militar. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994, p. 13.

³⁷ Ibid.

Em junho de 1974 (figura 2), foi publicado o cartum de Gê e Cadi, que demonstrava, no Brasil, os primeiros fracassos do plano econômico e das medidas vinculadas ao “milagre econômico”, proposto pelo presidente general Médici (1969-1974):



Figura 2³⁸

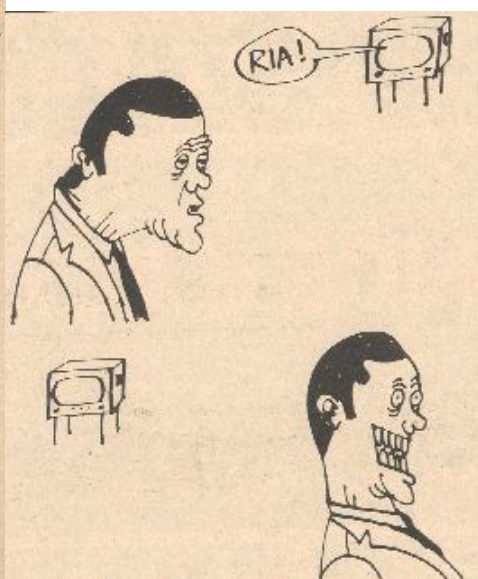


Figura 3³⁹

Sob o governo de Médici, consolidaram-se as imposições do AI-5, tais como a repressão e a censura aos meios de comunicação. O governo pretendia instaurar uma tranquilidade social por meio do silenciamento das manifestações populares, emergidas, com mais força, por causa das influências, em parte, do movimento estudantil de Maio de 1968, na França. Junto com a imposição do AI-5, pretendia-se punir os manifestantes posicionados como líderes e instalar um vázio cultural, por meio da censura prévia às manifestações culturais (teatro, publicação de livros, cinema etc.). A princípio, o AI-5 possibilitou a instalação de uma falsa tranquilidade social, mas não conseguiu sustentar a idéia de “milagre econômico” por um longo período de tempo. Em 1974, já

³⁸ GÊ; CADI. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, p. 26, nº 259, 18 a 24 jun. 1974.

³⁹ REINALDO. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, p. 2, nº.261, 2 a 8 jul. 1974.

emergiram as primeiras fissuras desse ilusório milagre, que estimulou investimentos nacionais e estrangeiros, resultando na instalação de várias multinacionais e no estímulo à construção civil. Os antecedentes sócio-históricos de 1974 auxiliam no entendimento desse cartum (figura 2), à medida que os relacionamos com os fatos sócio-históricos estrangeiros. As relações estabelecidas entre os acontecimentos internos e externos constituíam uma das artimanhas do jornal **O Pasquim** em driblar a censura. No contexto internacional, ocorreu a Guerra do Vietnã (1965-1973); desse modo, pode-se considerar essa charge (figura 2) como uma referência humorística a um fato estrangeiro, aparentemente distante dos problemas sociais brasileiros.⁴⁰

Em 1973, segundo Costa e Mello, já havia cerca de setenta milhões de desnutridos, um índice que evidenciava os fracassos do regime político-econômico vigente. Apesar do crescimento econômico do Brasil, não havia uma distribuição desse crescimento à massa popular, porque existia uma concentração das riquezas nas mãos de uma pequena parcela da população brasileira, a classe alta. De forma humorística, Gê e Cadi ilustraram uma possível solução para o crescimento desenfreado da pobreza brasileira: um conflito armado. Segundo Braga, os cartuns⁴¹ descreveram problematizações sócio-políticas circunscritas no Brasil, cuja pretensão era atingir a ditadura militar. Muitas vezes, era necessário dar a idéia de que se tratava de um desenho de humor referente ao contexto sócio-político internacional em vez do brasileiro. Caso a censura interpretasse o cartum como inofensivo ao modelo político-econômico brasileiro, ele poderia ser publicado. Podemos analisar esse cartum (figura 2), pelo menos, sob dois vieses: um pautado no contexto internacional (a descrição, a princípio, de um fato) e outro, no contexto nacional (atribuição de valores político-ideológicos), envolvendo vários aspectos.⁴²

A escolha lingüística “nossa” está vinculada a uma categoria de pessoa, no caso, aos sujeitos inseridos sob uma visão coletiva. Segundo Braga (1991), a coletividade norteava a postura político-ideológica do semanário “O Pasquim”, de uma

⁴⁰ BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70**. Brasília: Ed. Unb, 1991. 255 p.

HABERT, Nadine. **A década de 70**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 95 p.

⁴¹ Desenhos humorísticos compostos por um ou mais quadrinhos.

⁴² BRAGA, 1991, op. cit.

COSTA, Luís César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. **História do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Scipione, 1994. 335 p.

forma geral. Não se separavam os produtores do conteúdo do jornal da sociedade em que estavam inseridos. Por trás do pronome “nossa”, portanto, há o posicionamento de, pelo menos, um sujeito-enunciador do tablóide **O Pasquim** e um outro da sociedade brasileira, de maneira a completar a idéia de coletividade presente no discurso humorístico em questão. Também pode se tratar de uma voz enunciativa, circunscrita na posição da primeira pessoa do singular, simultaneamente representante do governo militar em conjunto com o modelo e as imposições norte-americanas sobre o Brasil e outros países capitalistas. Logo, o pronome “nossa” denuncia e critica a posição político-econômica, e também ideológica, dos militares a favor da política capitalista norte-americana sobre o Brasil. De um modo geral, a escolha lingüística “nossa” não exclui o enunciador da frase “A nossa solução para o problema da explosão demográfica...”. Ele está sempre circunscrito sócio-historicamente, juntamente com outros sujeitos. A circunscrição da posição do enunciador depende do que está em jogo no momento.

Em torno disso, há múltiplas possibilidades de posicionamentos, tais como, o momento da produção do cartum, o momento da publicação, o momento da releitura, como ocorre neste trabalho. Os valores são atribuídos pelo leitor, considerando o contexto sócio-histórico de leitura, de produção do cartum, no meio de uma política de representação. Por trás do pronome demonstrativo “nossa”, múltiplas posições identitárias podem representar a identidade desse enunciador em consonância com outros sujeitos, porque esse sujeito jamais, nessa posição, estará sozinho; estará sempre circunscrito de forma coletiva.

As nomeações/predicações “solução” e “problema” mantêm uma relação lógica entre si, de maneira a haver a evidência de um problema e o apontamento de uma solução. No cartum (figura 2), focaliza-se a solução, por meio da ilustração de uma explosão, que tanto pode se referir a um conflito armado, como pode também demonstrar a dimensão do problema: a “explosão demográfica”. Dessa forma, a nomeação/predicação “solução” não denota uma única possibilidade de resolução do “problema para a explosão demográfica...”, como se apresenta sob o ponto de vista gramatical (a ausência do morfema “s”, marca de plural), e sim, evidencia a solução encontrada, no contexto internacional, para diversos problemas político-econômicos e para diversas manifestações resistentes ao regime militar. Na verdade, por trás dessa aparente e única resolução, sinalizada pela nomeação/predicação “solução” (flexão no

singular), o jornal **O Pasquim**, por se posicionar como um meio de comunicação impresso resistente ao regime militar, estava implícita uma segunda solução para o crescimento populacional desenfreado, sob o ponto de vista do contexto nacional. A “explosão demográfica” pode referir-se ao crescimento acelerado da massa popular brasileira, estando ligado ao agravamento de dois problemas sociais: o aumento do número de desnutridos e o aumento das desigualdades sócio-econômicas.

O governo militar posicionava-se explicitamente como o defensor da Segurança Nacional e da Ordem, com o objetivo de garantir a rápida retomada da economia sob os moldes capitalistas. Esse posicionamento configura uma das identidades assumidas pelo governo militar diante da população brasileira, por intermédio dos meios de comunicação, sobretudo da televisão. Em nome da defesa da Segurança Nacional e do estabelecimento da Ordem, o governo procurava promover uma ilusória tranqüilidade perante os investidores estrangeiros e nacionais. No cartum de Reinaldo (figura 3), podemos observar como a televisão manipulava, em nome do governo militar, a população brasileira, persuadindo-a. Apesar das dificuldades em solucionar os problemas sociais brasileiros, o regime militar persistia em pôr em ação o plano político-econômico voltado ao crescimento e ao desenvolvimento do Brasil. Essa persistência do governo militar era auxiliada pela censura aos meios de comunicação e pela repressão física (por meio de prisões, apreensão de publicações de jornais, de revistas, etc.) e ideológica (por intermédio das propagandas ilusórias as quais, performativamente, demonstravam, já se posicionando ético-politicamente, o crescimento e o desenvolvimento econômico do Brasil). Isso obrigava a população brasileira a seguir e a cumprir tudo o que era imposto pelo regime: um dizer, munido de uma obrigação, que estava imbricado a um fazer. O tablóide **O Pasquim** demonstrou (figura 3), por meio da apresentação de um fato, os imbricados valores político-ideológicos, relacionados ao modo como o governo militar impunha a seu bel-prazer as medidas em favor de um ilusório crescimento e de um falso desenvolvimento brasileiro, a fim de resultar em uma pretendida “potência mundial no ano 2000”.⁴³

A televisão era o meio de comunicação de manipulação ideológica de maior utilização pelo governo militar, já que atingia tanto os letrados quanto os iletrados. Por meio dela, a população brasileira, durante o regime militar, era privada do ato de

⁴³ HABERT, Nadine. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 95 p.

escolha, conforme a perspectiva da pós-modernidade; tratava-se de uma manipulação pautada na ética moderna, em que as falsas opções disponíveis de valores e de princípios morais eram imposto pelos militares e sempre tendiam a uma determinada escolha, aquela em concordância com a postura político-ideológica ditatorial. Desse modo, o verbo no imperativo “Ria!” descreve, por meio de um ato performativo em que o dizer imperativo é um fazer obediente, a atuação manipuladora do poder militar sobre a população brasileira. Tal manipulação assegurava o controle das manifestações populares contra a ditadura militar, por meio de reivindicações de soluções para os problemas sociais, simultaneamente garantia o posicionamento aparentemente a favor da conduta militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tira e as duas charges analisadas ilustraram como foram constituídas as identidades assumidas, negadas e reivindicadas pelos sujeitos pós-modernos atuantes, inseridos nos quadrinhos do semanário **O Pasquim**. Observa-se que esse jornal alternativo se posicionou contra o regime militar. Com base na breve discussão desenvolvida neste trabalho, podemos perceber como se constituiu o jogo ético-político durante a ditadura militar: uma constante manifestação contra o contexto sócio-político, assim como uma constante preocupação com a censura, que impedia a publicação de números considerados ofensivos, segundo a visão do governo militar, ao crescimento e ao desenvolvimento do Brasil.

Por isso, sob uma política de representação, havia um jogo lingüístico, atravessado pela ética e pela política, implicando atos de escolha e de intervenção de modo dependente. Isto é, as escolhas lingüísticas feitas, encontradas nos quadrinhos analisados anteriormente, evidenciaram, por trás das manifestações humorísticas, (re)posicionamentos identitários dos sujeitos atuantes e artimanhas que driblaram a censura do regime militar, com o propósito de reivindicar identidades antiditatoriais. Tais identidades mantinham-se camufladas, quando aparentemente se afirmavam identidades a favor da ditadura militar. Mesmo sob o controle rigoroso do regime militar, os cartuns pasquinianos não puderam explicitamente atacar o governo; em vez disso, implicitamente reivindicaram identidades antiditatoriais e demonstraram, por

meio de críticas e problematizações, o cenário sócio-político do Brasil, o qual propiciava a repressão e o medo à massa popular, em especial.



www.revistafenix.pro.br